



# LIBERALISMO E RACIONALIZAÇÃO ECONÔMICA

Dalton Daemon

**A** exploração do tema Liberalismo e Racionalização Econômica, como base de interpretação de aspirações nacionais, necessita, por tratar-se implicitamente de um objetivo nacional, de uma colocação precisa.

O direcionamento, que nos parece lógico, induz a pensar que desejamos o desenvolvimento, em um quadro de democracia, assentada em um sistema de economia capitalista, com tipo de organização descentralizada, utilizando instrumentos de racionalidade e com a segurança servindo de apoio ao conjunto.

A segurança concede o afastamento do perigo, a confiança na conquista dos objetivos, a firmeza e a convicção da realização concreta do sistema, pelo regime escolhido.

A democracia supõe a participação de todos os cidadãos adultos no poder, e uma comunicação permanente entre eles.

O sistema de economia capitalista sugere o respeito aos lucros, à propriedade privada dos meios de produção, à livre disposição pelo trabalhador de sua força de trabalho e ao papel central do empresário.

Mas é o regime, pelo tipo de organização traçado, mais adaptado às peculiaridades próprias de cada povo que, por suas instituições, sustenta o sistema. É através dele que o desenvolvimento pode ser alcançado, congregando potencialidades com instrumentos capazes de utilizá-las.

O desenvolvimento, considerado aqui inseparável de um crescimento realizado, por acumulação contínua, que apoie e se aproveite das modificações de estruturas econômicas por técnicas aperfeiçoadas, e das transformações de estruturas sociais que se valham de atitudes psicológicas, em que as concepções e idéias do homem brasileiro, sejam tomadas em consideração e possam fazê-lo feliz no que ele possui de mais individualizado.

É forçoso reconhecer a dificuldade de qualquer governo para conseguir, em um período isolado, o desenvolvimento assim posto. Somente a continuidade pode propiciá-lo.

Ainda mais, quando sabemos que as estruturas políticas e sociais que definem o campo de ação real da política, sob forma concreta e útil, são algumas estáveis, outras variáveis, exigindo constância para reorientar e modificar sua linha de independência.

Cada sistema, mesmo diretamente inspirado em um outro, adquire e conserva traços que lhe são próprios e lhe conferem personalidade. Suas estruturas políticas serão tanto mais estáveis e seguras de durar, quanto melhor se adaptem às tendências profundas e à vocação de um povo. Suas estruturas sociais se fundam sobre o regime político e a organização econômica, mas também sobre os hábitos, a história e as crenças do povo. Elas determinam os modos de vida, que serão diferentes, em função da adaptação necessária à realidade física e humana.

Tiata-se de uma soma de interesses, ideais e de fins comuns, que cada país tenta promover e, se for necessário, defender em conjunto.

O desenvolvimento não é o resultado simples da evolução técnica e econômica. É também político e social, exigindo: medidas de transição que facilitem a passagem de uma sociedade tradicional à uma sociedade moderna, eliminando as conseqüências dos traumatismos provocados pelas mutações técnicas e econômicas, acelerando o aperfeiçoamento do homem e de sua mentalidade; medidas de construção, de uma nova sociedade, onde o homem possa encontrar o bem-estar e novos equilíbrios

nos domínios da informação, da comunicação e da participação.

É necessário representar os mecanismos de evolução econômica, tornando evidente o papel próprio de cada categoria de agentes e suas relações com os outros conjuntos. Explicar a evolução passada através dos fenômenos diretos e indiretos. Proporcionar uma previsão coerente do futuro, que esclareça e provoque uma consciência ativa do possível, que anuncie os projetos, critique seus resultados e forme uma consciência coletiva.

Nas economias liberais, é claro que criar-se-ão problemas éticos novos, ao provocar-se o desenvolvimento. Mas, temos que nos adaptar, se queremos construir uma democracia autêntica, de acordo com nossas características, à aceitação ou repulsão do progresso técnico, porque a vida econômica e social é movimentada e a angústia em razão das incertezas do futuro se faz maior, à medida que a evolução técnica se acelera. São as dificuldades nascidas da urbanização crescente, da rutura de contato com a natureza, da utilização desmedida dos meios de informação.

Este estado permanente de disponibilidade que nos é imposto, choca-nos.

Para que se abandone um trabalho, uma residência, amizades, hábitos, a modificação é chocante.

Mesmo se o homem ficar arraigado, as coisas mudam em torno dele. Existem muitas idéias periféricas, situações transitórias, técnicas ultrapassadas. Ao mesmo tempo, existem muitas idéias novas, situações inéditas, técnicas que evoluem a cada dia.

O risco existe de se ver aparecer uma sociedade incrustada, formada por todos aqueles que não querem ou não podem seguir a cadência que se impõe.

É um mundo, onde o quadro nacional tornou-se pequeno. A visão necessita ser mais ampla.

Somente uma sociedade que toma consciência coletiva de seus deveres, pode resolver e sobrepor-se a estes problemas. Ela pode reduzir as incertezas do crescimento econômico, organizando-se de maneira a adaptar-se aos mecanismos que determinam o desenvolvimento.

A participação no processo geral de desenvolvimento coloca um problema de outra natureza, que é o fato de não podermos participar naquilo que não compreendemos. Por isso, um trabalho imenso de informação e educação é necessário, para que cada um possa situar seu esforço, no esforço de todos e medir sua contribuição.

A alternativa para a dúvida, no caso brasileiro, foi a aceitação lúcida dos riscos e a coragem para uma decisão calculada na direção do futuro.

A nossa opção, no século do desenvolvimento, foi a tomada de consciência do desenvolvimento, considerando o progresso econômico, como aspiração social fortemente expressa.

Sabedora que as disparidades são inevitáveis, nossa sociedade, que deseja o melhor como modelo, deve procurar realizar a igualdade de chances e o acesso a todas as vantagens do desenvolvimento.

O dimensionamento de nossa expansão estará ligado, diretamente, à capacidade que tivermos de conquistar o progresso técnico, acumular capital modernizado e qualificar o homem brasileiro.

Isto será possível porque, considerando o espírito empresarial como fonte de criação e de inovação, na hora em que as barreiras aduaneiras se abolirem, quando a proteção da distância enfra-

quecer, os transportes se realizarem a mais baixos preços, sabemos que quem vai prevalecer na competição é a capacidade técnica.

Nossa sociedade está eliminando o incoerente e passou do sonho para a ação.

O passado é um e está se afastando, o futuro é de múltiplas soluções, pleno do que vemos e vêm em nós, de imaginável e de inimaginável. Mesmo sabendo que a imaginação tem limites, devemos guardar o passado na memória e enfrentar o futuro com a imaginação e a vontade.

O desenvolvimento brasileiro, a que desejamos aludir, e que talvez não tenhamos o poder de definir e transmitir, não é somente a marcha para a abundância, é, mais ainda, a construção de uma sociedade moderna. Tem implicações éticas das quais não podemos nos esquivar, valores que devemos respeitar e fins que vamos perseguir.

Afirmando nossos valores, tenderemos para os fins que almejamos.

Os fins abrem as vias de acesso, são os horizontes e estão mesmo além dos horizontes. Eles são objeto de preferências sobre as quais as famílias e os programas políticos podem diferir sem que os laços sociais fiquem em perigo.

Os valores são presentes, restritivos, imediatos e absolutos. Estabelecem limites à nossa liberdade moral. Quando são contestados, o laço social se enfraquece. Quando eles são abandonados, o laço se rompe.

Por isso, os valores podem entrar em conflito com outros valores. Sendo absolutos, não se prestam a transações.

Dois sistemas de valor não podem conciliar-se, a menos que sejam englobados em um sistema superior.

É, portanto, sobre todos os ângulos necessário que estejamos de acordo so-

bre os valores que queremos conservar, custe o que custar, e sobre aqueles que desejamos transformar, tendo em vista a sociedade de amanhã.

Entre os valores iniciais escolhidos pelo governo Castelo Branco, para disciplinar e fornecer eficácia e racionalidade à política econômica, em bases qualitativas e quantitativas, foi instituído o planejamento e a coordenação.

Procurou o governo, na oportunidade, instalar e utilizar-se deste poderoso instrumento político, econômico e social moderno, que é o planejamento, para assegurar a continuidade de ação do poder público, da área econômica e social, sem o que o país teria estado sujeito ao estrangulamento periódico representado pelas mudanças de governo.

O planejamento do desenvolvimento, com caráter integrado e orgânico, visou estabelecer de forma sistemática o diálogo entre os diferentes níveis de governo e o setor privado, conferindo uma perspectiva democrática, de expressão nacional, através de um instrumento moderno de racionalidade, à consolidação do regime.

Sem grande receio de cometer enganos, mas ao contrário, com a certeza dos resultados, diríamos que a decisão a que nos referíamos, proporcionou a ordenação e continuidade administrativa capazes de, somadas à estabilidade política, resultar no otimismo que hoje está agregado no espírito da grande maioria dos brasileiros.

Foi uma modificação fundamental e necessária, que consideramos um valor absoluto a ser mantido. Passagem da retrospectiva à prospectiva, atitude aberta, em face de um futuro aberto, inquietude intelectual procurando resolver problemas com otimismo de ação, pesquisa servindo de traço de união entre a

pluralidade dos possíveis e a decisão única a tomar no instante aludido.

Consistiu em uma revolução de espíritos, que desejando afastar-se da imitação do passado, tiveram uma visão prospectiva do futuro.

A lógica da prospectiva conquistada e mantida foi inverter o caminho tradicional e partir para a exploração do futuro, não simplesmente um futuro deduzido, mas uma pluralidade de futuros imagináveis.

Preferiu, na época a que nos referimos, o poder público tomar medidas positivas e praticáveis, para que a população pudesse aproveitar, em maior número, os frutos de um progresso esperado. Atribuiu ao cálculo econômico, em seu domínio, a função de diminuir as incertezas, através de modernos instrumentos, que se chamam plano, prospectiva, pesquisa operacional e outros.

São instrumentos que, sob formas diversas, têm por conteúdo comum a consciência e a intencionalidade, opondo-se às fatalidades e à sorte.

Procurou-se a ordenação administrativa, com a incerteza reduzida à probabilidade e a visão prospectiva permitindo um ganho decisivo de precisão e eficiência.

Não se trata, na continuidade e tranquilidade dos planos de eliminar aquilo que, por natureza, não é eliminável, e de fornecer às inquietações do homem brasileiro, respostas que lhes apaziguem ou os adormeçam. Visa-se proporcionar elementos de decisão que permitam fazer face à incerteza pela ação, não adivinhar o futuro, mas contribuir à sua construção.

Um problema que pareceria insolúvel substituímos por um problema, de forma tal, que tornou possível sua solução.

Com o conjunto de decisões tomadas, a situação que era plausível no espírito de grande parte dos brasileiros, tornou-se provável.

Os planos, porém, não anunciam somente o provável, exprimem também o desejável. Não são apenas redutores das incertezas, são também afirmação da vontade. Tem por função propor, além dos poderes e limites do mercado, uma concepção comum de desenvolvimento político, econômico e social, que permite tornar explícitos os objetivos da comunidade, conferindo em consequência à vida coletiva, um sentido que esclarece e proporciona valor ético à atividade de cada um. Para que eles possam servir de guia para ação, é necessário que os seus objetivos sejam compatíveis e realizáveis, isto é, que exista um conjunto de decisões de acordo com a realização presente, cujo efeito seja tornar possível sua realização.

Os critérios de seleção, utilizados para a elaboração dos últimos planos de governo, foram severos, pela necessidade de estabelecer escolhas e definir prioridades.

Não é fácil realizar uma lógica inteligível para todos, no seio de uma economia moderna aberta ao exterior e de uma sociedade democrática marcada pela coexistência da iniciativa privada e da ação pública.

Visando manter valores, os planos brasileiros para não cair em uma complexidade ineficaz e perigosa, foram elaborados ao nível de setores, não de empresas, marcando assim livres opções à iniciativa privada.

Podemos visualizar, hoje, uma via de harmonização fundada sobre a autoridade, com ações descentralizadas subordinadas a um centro dominante.

Ela poderá ser, no limite, a chegada a uma superconcentração capitalista, ou a expansão de nacionalizações, pois em nosso sistema, os objetivos não emergem somente de um mercado generalizado, mas, principalmente, das autoridades centrais.

O bom funcionamento e o futuro do sistema dependerá da força do poder e da evidência dos objetivos para o conjunto da população. Estas duas condições de sucesso estão na razão inversa uma da outra; quanto mais os objetivos forem evidentes, menos será necessário a imposição da força do poder.

Pelo próprio dinamismo do desenvolvimento, não se deve conceder um caráter de imutabilidade ao planejamento, que deve ter, entre suas principais características, ao contrário, o traço de flexibilidade. Não se deve dar às previsões aleatórias uma aparência de certeza que seja contrária à natureza das coisas.

O plano deve ser um instrumento de educação, com a tendência de dar a todos os que dele participam, perto ou longe, em sua elaboração ou execução, uma maior compreensão dos mecanismos econômicos, uma visão mais justa dos limites e poderes do homem. Instrumento de ordem, introduz mais coerência nos projetos dos agentes econômicos e nos do Estado, permitindo situar em uma perspectiva equilibrada, o desenvolvimento econômico e social. Instrumento de progresso encoraja as iniciativas, previne os desperdícios e alarga os limites do crescimento.

Por estes delineamentos, o plano deve comportar uma parte fixa, irreversível, e outra mutável, que poderá ser apagada, rasurada ou completada, em conformidade com as exigências de cada situação, face ao futuro.

No regime estabelecido somente um plano pode assegurar, pela parte fixa, uma continuidade de política econômica e social, pois comportando objetivos concretos e claramente formulados, pode ser uma expressão acessível de uma política de longo prazo. Estes objetivos não podem ser garantidos, mas devem ser defendidos, da mesma forma que a própria institucionalização do plano.

Nossa época encontra-se marcada pela confluência, às vezes, conflito de duas correntes de pensamento, que buscam o mesmo fim: a corrente combinatória que tende a matriciar a complexidade por meio de planos, e a corrente que procura combater a incerteza pelas estratégias.

Existe estratégia a partir do momento em que aceitamos a idéia de completar projetos estabelecidos, por novos projetos inspirados pelas circunstâncias.

Podemos dizer que a estratégia, visando o tema que estamos abordando, é um conjunto de decisões condicionais, definindo atos a cumprir, em função de todas as circunstâncias suscetíveis de apresentar-se no futuro. Definir uma estratégia será estabelecer a tabela de todas as situações com as quais podemos nos defrontar e escolher, na origem, a decisão que tomaremos em face de cada uma delas.

Ao estabelecermos um plano, agimos de maneira diferente, atribuindo valores, desde o início, a um certo número de variáveis.

No caso, deve existir uma ação permanente, no sentido de melhorar: seja tornando mais provável o desejado dado, seja tornando também provável um dado preferido.

A escolha por uma modificação supõe, assim, uma arbitragem entre o desejável e o provável. A preferência pela se-

gurança conduzirá à procura de decisões polivalentes, mas se a polivalência atenua o impacto de eventualidades desfavoráveis, terá um custo que poderá reduzir os benefícios esperados.

O plano como vem sendo legado de um a outro governo nos últimos anos, traduz a consciência do desenvolvimento, com determinadas bases estabelecidas, e é uma afirmação da vontade coletiva no vasto domínio que diz respeito diretamente às decisões do Estado. Impõe um balanço durante o ano de seu término, das atividades econômicas por setores. Caracteriza o próprio regime.

Por sua dimensão territorial e populacional e diversidades regionais conseqüentes, parece-nos que o tipo de planejamento brasileiro exigirá inovações que forçarão, com êxito, a imaginação de nossos planejadores para o campo regional, para o que o maior obstáculo presente, encontra-se no terreno da técnica. Tendo em vista a consolidação do sistema por nós escolhido, outra modernização que se impõe no campo político é a da participação de todos os grupos na elaboração e execução do plano, sem o que o sentido de aspirações nacionais, incluídos em seu contexto, não traduzirá uma realidade.

A ação regional deve inscrever-se em uma perspectiva de conjunto, mas tem sua própria escala de duração. As nossas dimensões referidas indicam, como já se pratica, uma política regional voluntária, no lugar de confiar na localização de atividades pelos mecanismos naturais da economia.

O desenvolvimento econômico concebido e descrito a distância, sobre uma base setorial, sem localização de atividades, pode apresentar um caráter abstrato, podemos dizer, quase irreal. Para

ser uma imagem visível do futuro, os planos de desenvolvimento têm necessidade de enraizar-se nos espaços regionais.

No que concerne à participação, é forçoso reconhecermos sua importância, pois, sem ela, para não falar do fundamental, que é o que a própria palavra expressa, ficaríamos impossibilitados de identificar o mínimo, ou seja, como a população reage às intenções do plano, suas margens de escolhas e as razões profundas das divergências de interesses e de opiniões.

Deveríamos afastar-nos dos erros cometidos, anteriormente, encontrando fórmulas de positivar nossos ideais democráticos.

A economia de mercado, que conheceu nosso país, era um mecanismo de propalada eficiência, mas em realidade, indiferente às desigualdades e sofrimentos. Suas vantagens foram pagas com alto preço. A sua expansão era tão pouco atenta ao homem, tão lenta, que não era percebida como realidade.

A via aberta pelos planos atuais deve ser a do diálogo, prolongado pelo contrato entre as partes.

É claro que existirão pressões de grupos, cujos interesses são afetados por uma ou outra opção particular do plano. Haverá a inércia intelectual, a preferência pela rotina, as pressões das situações adquiridas, que se opõem fortemente às modificações necessárias e desejáveis.

Existirá, enfim, o fato de que o plano é indicativo, num quadro de democracia de sistema de economia capitalista e que, fora dos investimentos públicos, o poder político preferirá agir, pela via da persuasão e da incitação.

É pela participação no plano, por consultas aos grupos e interesses, que se poderá medir suas influências reais em nossa vida econômica, as previsões que fazem e as pressões que exercem.

Melhor do que analisar a validade das pressões econômicas, pensamos que seria útil identificá-las, para que pelo equilíbrio pudessem ser eliminadas.

Isto porque as pressões econômicas, que são influências que coagem, não podem, no sentido das palavras, serem válidas para os fortes em detrimento dos fracos, nem para a minoria com prejuízo da maioria, em um sistema como o nosso, que tenha como princípios, base e finalidade a democracia.

Preferiríamos falar em reivindicações econômicas que são lícitas, como tem sido assegurado em várias oportunidades pelo próprio governo, por serem reclamações de direito.

Para desenvolver a democracia brasileira com segurança, em um sistema capitalista, o plano é um instrumento político hábil e deve ter como virtude a possibilidade de tornar explícita, legítima e digna a expressão da reivindicação econômica, como interpretação de aspiração nacional.



*Dalton Daemon é Economista da Fundação Getúlio Vargas e Professor de Economia da ECEME. Especialização em Planejamento Econômico — França. Doutor em Comércio Internacional. Cursos da AMAN e da ECEME.*